

A IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA: CONTRIBUTOS PARA A HISTÓRIA DA PRODUÇÃO TIPOGRÁFICA E AQUISIÇÃO DE PAPEL (1790 e 1809)

Ana Maria Leitão Bandeira

Técnica Superior do Arquivo da Universidade de Coimbra

amlb@auc.uc.pt

RESUMO

A produção tipográfica da Imprensa da Universidade de Coimbra teve como suporte papel de diversas proveniências, adquirido diretamente a fabricantes de papel ou a negociantes. Por outro lado, os testemunhos da própria atividade da oficina tipográfica foram dados a conhecer pelo papel em que ficaram registados. Que papel é este? Quem o comercializou? Aestas questões se procurou responder, com a elaboração do trabalho agora apresentado. Dão-se a conhecer as fontes documentais pesquisadas e homenageiam-se todos os que, de uma forma ou de outra, permitiram que as obras fossem impressas e o seu conhecimento divulgado.

PALAVRAS-CHAVE

Imprensa da Universidade de Coimbra – Fabrico de papel – Comércio de papel – Marcas de água – História do Livro

ABSTRACT

Typographic production of Coimbra University Press had support from various sources of paper acquired directly to paper manufacturers or dealers. On the other hand, the testimony of his own activity of the University Press, were given to us by the paper on which they were recorded. What paper is this? Who made it? Who sold? These issues if sought to respond, with the preparation of the work presented. The work allowed to know the documentary sources researched and his an honor to all those who, in one way or another, allowed the works to be printed and their knowledge announced.

KEYWORDS

Coimbra University Press – Manufacture of paper - Paper trade – Watermarks – Book History

Desde que, em 1537, ficou definitivamente instalada em Coimbra, a Universidade recorria ao trabalho de impressores da cidade, que eram considerados oficiais privilegiados, apesar de possuir, nos Paços d'El Rei prelos de impressão que lhe foram concedidos pelo rei D. João III. Sabe-se que não eram suficientes, razão pela qual era adjudicado trabalho a impressores de Coimbra, como aconteceu com António de Mariz, António da Barreira, Diogo Gomes de Loureiro, etc. Com a expulsão da Companhia de Jesus, em 1759, a Universidade viria a tomar posse da oficina tipográfica do Colégio de Jesus de Coimbra, sendo o primeiro momento em que passa a ter uma oficina tipográfica própria, bem apetrechada. Em 1777, D. Francisco de Lemos elaborou um relatório da sua atividade como reitor da Universidade de Coimbra, desde que fora nomeado obreiro da reforma pombalina da Universidade, cujos Estatutos foram aprovados por Carta régia de roboração, de 28 de agosto de 1772. Este relatório foi apresentado à Rainha D. Maria I pelo seu Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Visconde de Vila Nova de Cerveira, e o seu verdadeiro título é *Relação Geral do Estado da Universidade [...]¹*. Nele se inclui uma notícia breve sobre a localização da tipografia académica no claustro da antiga Sé de Coimbra, onde ficou instalada desde 1773, tendo o claustro sido adaptado para a sua instalação, acrescentando-se-lhe outros edifícios, do lado ocidental, para as suas oficinas. D. Francisco de Lemos referia que “*necessita de Regimento*” e de facto o Regimento da Imprensa da Universidade só seria promulgado em 9 de janeiro de 1790, já no reinado de D. Maria I.

Para lhe dar mais vigor económico, que pudesse ser adquirido com o valor de obras vendidas ao público e aos estudantes, foi atribuída à Imprensa da Universidade a exclusividade da impressão das obras de Euclides e de Arquimedes e também das *Ordenações do Reino*, por Alvará Régio de 16 de dezembro de 1773. Não se pretende elaborar aqui uma história da Imprensa da Universidade, tema a que já se dedicaram diversos autores², mas apenas dar a conhecer, em traços largos, a instituição sobre a qual se procurou conhecer a forma de fornecimento de papel, para poder cumprir os seus desígnios.

O *Regimento da Imprensa*, já referido, estipulava que o seu governo seria feito por um Diretor, um Revisor e um Administrador, providos pelo Conselho de Decanos da Universidade. Quem ocupasse estes cargos teria de ter conhecimentos de bibliografia e da arte tipográfica, devendo o Administrador ser mesmo um mestre impressor ou um mercador de livros. Reunir-se-iam, semanalmente, fazendo uma *Conferência*, onde tratariam de tudo o que fosse necessário para a produção da Imprensa. Assim, tudo o que dissesse respeito à aquisição de prelos, tipos, tintas, papel, etc., seria decidido em *Conferência* e ficaria registado por um escriturário (ou guarda-livros) que assistiria a estas reuniões. A este escriturário competia também inventariar tudo o que existisse no edifício: móveis, caracteres,

1 Dado a conhecer pela primeira vez por BRAGA (1894), na sua transcrição completa, revelando a forma como o manuscrito fora identificado, depois de ter sido localizado no Brasil. O texto de D. Francisco de Lemos foi de novo publicado em 1980, pela Universidade de Coimbra, por ocasião do II Centenário da Reforma Pombalina.

2 Refiram-se, entre outras, as obras sobre a Imprensa da Universidade da autoria de CARVALHO (1868), ANTUNES (1982) e FONSECA (2001).

prelos, instrumentos, papel, livros, “*trastes & aparelhos*” da oficina, etc., devendo entregar tudo ao novo Administrador, sempre que este fosse substituído.³

O primeiro diretor da Imprensa foi João António Bezerra de Lima (que era professor de Gramática no Colégio das Artes), nomeado em 26 de maio de 1790. No mesmo ano, em 9 de junho, foi nomeado António Barneoud, que era mercador de livros, como administrador da Imprensa. A este administrador sucedeu em 1807, por nomeação de 2 de abril, Joaquim Maria Coelho. Por sua vez, por nomeação de 1 de abril de 1807, chegou a diretor, e inspetor da Imprensa, o Dr. José Joaquim da Faria. São estas as personagens centrais das decisões tomadas entre 1790 e 1809 para aquisição de papel, que iremos encontrar nas páginas seguintes, ao longo deste trabalho.

Os compêndios adotados em cada Faculdade eram compostos e impressos na Imprensa da Universidade, e dos seus prelos saíam outras obras diversas: as cartas de curso (diplomas de bacharel, formado, licenciado e doutor), as dissertações dos alunos, livros de registo de ingresso e de exames de alunos (como os livros de matrículas e livros de atos e graus que tinham formulários impressos e depois espaços em branco, para serem preenchidos com os nomes e dados dos alunos), as relações de estudantes, etc. Para melhor rentabilidade das oficinas da Imprensa começaram também a ser impressos trabalhos para particulares que os encomendavam, pagando a sua composição, o papel e a impressão.

1. A aquisição de papel para laboração da Imprensa

O trabalho agora apresentado situa-se cronologicamente entre 1790 e 1809 e a escolha destes limites tem uma razão de ser: a primeira data foi determinada por só a partir de 1790 existir um regimento da Imprensa que regulamenta o seu funcionamento, de forma que só a partir desta data há uma maior organização dos registos internos da atividade impressora. A segunda data foi escolhida pois, a partir de 1809, há uma alteração substancial na vida interna da instituição universitária, fruto do grave momento político que o país atravessava, com as Invasões Francesas. Refira-se que a Universidade fechou em 27 de junho de 1808, reabrindo em 1 de novembro seguinte, mas logo voltou a encerrar em janeiro de 1809, com o perigo iminente de nova invasão francesa; também esteve fechada no ano letivo de 1810-1811.⁴

Os registos documentais, que a atividade da Imprensa produziu e que existem no Arquivo da Universidade de Coimbra, são sobremaneira importantes para o conhecimento da atividade tipográfica: quais os operários que ali trabalharam, os compositores, os abridores de estampas, os alçadores, os

3 As atribuições de todos os funcionários e a organização da Imprensa constam do referido Regimento que está publicado em ABREU (1894): 61-68.

4 Veja-se BRANDÃO (1938): V. Ali se dá conta também dos prejuízos causados na Imprensa da Universidade, de cujo armazém foi roubado todo o papel de Holanda, o papel inglês e “*bastardo de marca maior e menor*”.

aprendizes, o revisor, o fiel da oficina, os fornecedores de papel, etc. Todas as decisões eram tomadas em *Conferência*, no entanto, nem todos os livros com as *Atas das Conferências*, que revelam o pulsar quotidiano da instituição, sobreviveram até hoje. O volume mais antigo (com indicação de vol. 2 no rótulo de título na lombada) inicia-se apenas em 1848, contendo um termo de abertura assinado pelo Dr. Joaquim Urbano de Sampaio, revisor da Imprensa.⁵

Uma vez que se desconhece o paradeiro desses volumes, foi necessário recorrer a outros registos sobreviventes, tendo sido compulsadas, sobretudo, quatro séries documentais: *Documentos de Receitas e Despesas*, *Livros Copiadores de Correspondência*, *Livros de Folhas de Férias*, *Livros de Despesa e Balanços de Receita e Despesa*. Nestas séries documentais se procurou localizar informações quanto ao papel fornecido, obras em que era utilizado e outros dados complementares, como a comparação de preços de papel, forma como chegava a Coimbra, por via terrestre e marítima, valores pagos aos trabalhadores, etc.

O papel adquirido pela Imprensa não se destinava apenas às impressões da casa, mas a um conjunto diversificado de volumes necessários para o registo das matrículas dos alunos, dos seus exames, atos e graus, etc. A Universidade necessitava de outros livros cuja impressão, em formulário, ou listagem de nomes, provinha também da Imprensa da Universidade, como: bilhetes para o manifesto dos vinhos (era através de um imposto sobre o manifesto dos vinhos que se obtinham as verbas para pagamento dos partidos aos alunos de medicina), editais das rendas da Universidade, colocadas em pregão para arrendamento, etc.⁶ Era também necessário que existisse papel para a escrituração da atividade diária da Imprensa. Em 22 de agosto de 1805, foi redigido o «*Inventario dos livros da Administração e arrecadação da Officina Tipographica da Universidade, e dos papeis respectivos existentes no Archivo da mesma Officina*»⁷, e pela sua leitura verifica-se que existia uma diversidade de volumes: Contas de Caixa, Contas Correntes com os Comissários, livros de registo de licenças para impressão das obras, livros de fianças dos aprendizes, livros de Balanços da Fazenda, livros de despesas das obras impressas, Copiadores de correspondência, etc.

São precisamente estes últimos volumes que nos fornecem informações preciosas sobre o fornecimento de papel à Imprensa. A Universidade tinha procuradores em diversas cidades do país para tratar de negócios da instituição. João Manuel de Lima era o procurador da Universidade em Lisboa, entre 1790 e 1809 e era quem tratava do fornecimento de papel, pela leitura que podemos fazer das diversas cartas que lhe foram endereçadas; apesar de, por vezes, os contactos serem feitos diretamente com os fabricantes ou negociantes.

5 V. PT/AUC/ELU/UC – Imprensa da Universidade – Inv., n.º 696.

6 O escriturário da imprensa, Januário Gonçalves Marçal, redigiu em 11 de março de 1801 uma lista destes trabalhos impressos, intitulada «*Conta das obras feitas para a Universidade na Officina da mesma no anno de 1800*» que permite conhecer a diversidade dos trabalhos impressos que não eram propriamente as grandes obras, de autor, impressas. Esta carta está inserida em caixa de documentos diversos, não tratados arquivisticamente - v. PT/AUC/ELU/UC – Imprensa da Universidade: documentos diversos - AUC-IV-1.ªE-1-4-6.

7 Inserido na mesma caixa de documentos acima referida.

Assim, refiram-se alguns exemplos colhidos nestes copiadores⁸ que nos permitem conhecer o papel adquirido, forma de o comprar e de o trazer até Coimbra. Em 8 de novembro de 1790 foi enviada uma carta aos “*Snr.es Irmaons Polleri*”, referindo que fora decido, em Conferência, sortir o armazém da Imprensa com “*varias qualidades de papel*” e, por isso, solicita-se: “*queirão remeter me as amostras dos que há nas suas Fabricas p.^a entre ellas se fazer eleição dos que mais agradarem e melhor conta fizerem e p.^a isso mandaraõ VV. M.ces nas mesmas amostras os seus respectivos preços p.^a com mais brevidade se pode resolver.*”

Certamente que a resposta foi célere, pois, logo em 25 de novembro, João Anastácio do Couto (escrivão e contador-geral da Fazenda da Universidade) responde aos Irmãos Polleri, dizendo que tinham sido recebidas as amostras de papel e que entre elas fora escolhido o N.º 3, que vinha indicado como tendo o valor de 1.200 réis cada resma “*captiva de direitos na Alfândega*”, situação que acontecia por a Imprensa ter o privilégio de isenção de direitos alfandegários para a aquisição de papel. No entanto, ao responder, João Anastácio do Couto não se esquece de dizer que a oficina tipográfica esperava dar grande consumo a este papel (“*aos papeis das suas fábricas*”) e pede uma redução do preço, encomendando logo 500 resmas do citado papel e também 500 resmas de papel “de Luca”.

Antes de terminar o ano de 1790, foi endereçada carta ao procurador da Universidade em Lisboa, o já referido João Manuel de Lima, pois o assunto ainda não estava totalmente resolvido. Assim, em carta de 13 de dezembro, João Anastácio do Couto diz que ainda não fora recebido o papel, por eles “*Polleris*” não terem as 500 resmas que se pediram, solicitando que ajuste com eles 250 resmas, com outras tantas que há de mandar vir, por 1.100 réis cada resma e no caso de não aceitarem este preço, então que procure por outra parte amostras de papéis, para ver se aparece algum mais em conta, mas também com brevidade na remessa “*que hé ponto essencial*”.

8 Todas as informações que se apresentam foram colhidas no livro *Copiador de correspondência* (1790-1801), Inv. n.º 185, dispensando-se a indicação da referência documental no texto, sempre que alguma carta for citada.

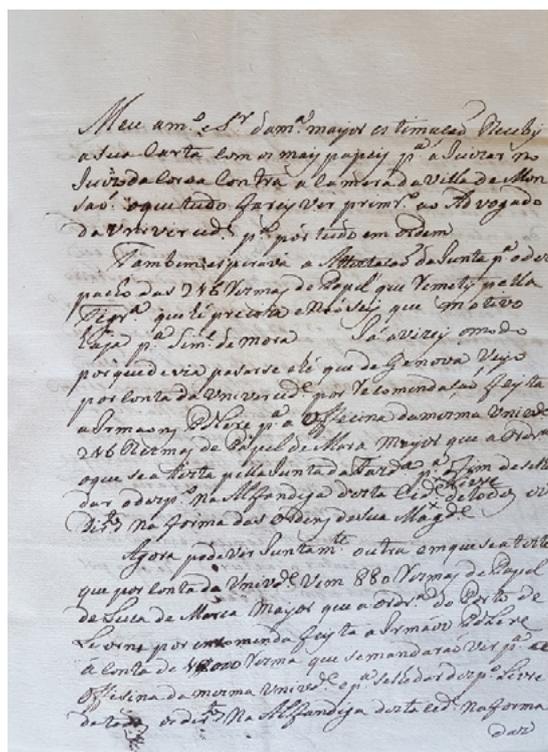


Foto 1 – Carta de João Manuel de Lima, enviada de Lisboa, em 12 de junho de 1790 a Luís José Foucault (que era escrivão e secretário da Junta da Fazenda da Universidade de Coimbra).⁹

Logo no início de 1791, pela leitura de nova carta de 24 de janeiro, endereçada ao mesmo procurador, se fica a saber que já tinha sido enviado o papel, mas em condições precárias. A leitura da carta permite conhecer as contingências do envio deste material frágil, por viagem marítima, como acontecia, ao ser expedido do porto de Lisboa para o da Figueira da Foz, a cidade portuária mais próxima de Coimbra. É assim que pode ler-se que já tinham sido recebidas 9 balas de papel, com 216 resmas que foram remetidas pela Figueira, “as quaes se viraõ quase perdidas, pelo grande temporal q as apanhou no mar”. Afirma que também já sabe que fora feito pagamento do papel pelo procurador da Universidade, a quem pede que diga se tem em seu poder outro algum dinheiro da Universidade e que poderá lançar as despesas que tem feito, por ordem da Conferência, na conta da Junta da Fazenda da Universidade.

Esta última referência é esclarecedora para se perceber por que razão, por vezes, as despesas da Imprensa surgem registadas em séries documentais próprias¹⁰ e, outras vezes, surgem lançadas na série dos Livros de Receitas e Despesas da Junta da Fazenda. Por esta situação se depreende da dificuldade de fazer um cômputo fidedigno das despesas de aquisição de papel, por parte da Imprensa.

9 Inserida em *Correspondência de João Manuel de Lima enviada à Universidade (1789-1796)* – AUC-IV-1.^aE-18-4-7 (é mostrada apenas a primeira folha da carta, tendo sido cortada a margem superior onde figura a quem é endereçada). Estas cartas revelam como os assuntos da Imprensa nem sempre eram tratados com o seu diretor ou com o seu administrador.

10 Balanços Receita e Despesa, Contas correntes com procuradores ou Livros de Receitas e Despesas da Imprensa da Universidade.

Uma outra carta, de 21 de fevereiro de 1791, dirigida ao procurador João Manuel de Lima, vem apresentar-nos um outro interveniente no fornecimento de papel à Imprensa, desta vez é alguém associado ao negócio livreiro. Trata-se da carta em que se pede ao procurador para ir a casa dos “*comissários desta Officina nessa cidade Dubeux e Barneoud*” para receber deles 4.800 réis que por uma carta lhe mandou entregar o seu primo António Barneoud, Administrador da Imprensa¹¹, por conta particular que tem com eles e logo que tiver recebido esse dinheiro, o empregará em papel de Holanda, da marca da mesma amostra que remete e que o envie logo que possa. Quanto ao outro papel que há de vir pelos Irmãos Polleri “*taõbem lhe pesso queira apressar aos taes sogeitos para ver se o apromptaõ com alguma brevidade*”.

A referência à isenção de direitos alfandegários, pressupunha que fosse sempre enviada uma “atestação” da aquisição do papel, por parte da Imprensa, para ser apresentada na alfândega. Isso mesmo se deduz pela leitura da carta de 18 de abril de 1791, enviada por João Anastácio do Couto a João Manuel de Lima, dizendo que remete as atestações, que são também transcritas no livro copiador consultado. Assim, esse documento, assinado pelo diretor da Imprensa João António Bezerra de Lima, pelo revisor José Fernandes Álvares Fortuna e pelo administrador António Barneoud, atesta a aquisição de 1.000 resmas de papel de marca maior, feita aos Irmãos Polleri, mandado vir de Génova, e para que se ateste que o referido papel é para a Imprensa da Universidade e seja livre de todos os direitos de entrada, na conformidade do Aviso Régio de 7 de janeiro de 1790 e da Carta Régia de 28 do mesmo mês e ano se passou essa “atestação”.

As aquisições de papel continuam a ser feitas regularmente, provando-se a origem italiana do papel mandado vir pelos Polleri, disso são exemplo as cartas enviadas ao procurador João Manuel de Lima, em 2 de maio de 1791 e em 10 e 24 de outubro de 1791. Nestas cartas se revela que se mandara vir “*huma grande partida*” de papel de Liorne “*pelos negociantes Polleris*”, referindo a necessidade de o remeter na primeira embarcação “*acondicionado do melhor modo possível*”. Mas solicita-se também, na carta referida de 24 de outubro de 1791, papel de Luca.

A confirmação de que não se recorria apenas a este tipo de papel italiano acima referido, nem ao papel da fábrica da Lousã, está numa outra carta, datada de 19 de outubro de 1791, enviada para o Porto, para António da Silva Ribeiro Guimarães, enviando uma amostra do papel que se pretendia e pedindo uma resma do papel “*o mais branco que for possível, e que seja antes de maior, do que de menor grandeza*”.

Estes livros Copiadores, que temos vindo a consultar contêm dados sobre quem eram os negociantes de livros que eram comissários da Imprensa em diversas localidades. Encontramos assim os nomes

¹¹ Por esta indicação se deduz como a entrada dos negociantes Dubeux e Barneoud como comissários da Imprensa pode ficar a dever-se a intervenção do administrador da mesma Imprensa, António Barneoud, que se fica a saber ser primo desse último negociante.

dos seguintes mercadores de livros, para os quais a imprensa enviava o seu catálogo de impressões: em Lisboa – Dubeux & Barneoud, Viúva Bertrand & filhos, Pedro José Rey e Comp.^a, Paul Martin, Borel e Borel & Comp.^a, João Batista Reycend & Comp.^a; no Porto – António da Silva Ribeiro Guimarães e também António Álvares Ribeiro; em Lamego – Manuel de Lemos; em Braga – Miguel Francisco Correia.¹² Grande parte das vezes, o pagamento feito por estes livreiros ao procurador da Universidade em Lisboa era logo encaminhado para fazer pagamentos de papel. Quando havia atraso de pagamentos por parte dos livreiros, essa situação refletia-se na demora no pagamento do papel. Acontecia também que os próprios livreiros intervinham na aquisição do papel, podendo a Imprensa ressarcir-los com livros enviados, como adiante se verá. Esta situação permite diversificar a origem da aquisição do papel, sem estar dependente de um só fornecedor.

Encontram-se vários pedidos de fornecimento a alguns destes livreiros, como é o caso do pedido feito pelo diretor da Imprensa, João António Bezerra de Lima, em 19 de julho de 1797, para o Porto, a António da Silva Ribeiro Guimarães, solicitando:

“com toda a brevidade quatro balas de papel da amostra junta, ou de algum outro que seja muito semelhante, com tanto que tenha o mesmo tamanho, ou quase o mesmo em comprimento e largura” [...] e que “queira fazer comprar pelo preço q possível for, e que lhas remeta pelos primeiros almocreves que aparecerem”.

Um outro exemplo é o da carta do diretor da Imprensa enviada ao livreiro Pedro José Rey, em 25 de maio de 1803, manifestando-lhe desagrado no estado em que chegara a Coimbra, o papel que este enviara:

“o papel vinha em tal forma, que nunca se vio, e hera necessário reduzi-lo a resmas para se contarem” [...] também se refere a qualidade desigual do papel, sendo de admirar essa desigualdade de “forma e de tamanho” “vindo algum muito cheio de nodos de azeite, ou olio, ou que ellas fossem contrahidas no armazém em que estava ou as recebesse das serapilheiras, que o cobriaõ.”

A carta termina dizendo que o papel se *“acha avariado”* e que ficaria sem ser usado, pois não era este que se ajustara comprar. Em nova carta enviada a Pedro José Rey, em 1 de junho de 1803, foi concluído o negócio da compra de papel, que foi ajustado em 1.400 réis, cada resma de papel de marca pequena. A dívida total do papel ficara em 544.410 réis, mas refere-se que *“como V. M. ce já recebeo em livros que se lhe mandaraõ”*, atestando a forma de pagamento aos livreiros, através de fornecimento de livros da Imprensa.¹³

12 A identificação e atividade de alguns destes livreiros foi estudada por DOMINGUES (2000).

13 Todas as cartas acima referidas se encontram inseridas em AUC- *Imprensa da Universidade de Coimbra – Copiador de correspondência (1802-1815)* – Inv. n.º 186.

Por fim, cite-se ainda um outro interveniente que deve ser também um negociante de papel. Trata-se de Francisco Ferrari, a quem foi enviada carta pelo administrador da Imprensa em 12 de outubro de 1808. Pouco se conhece deste italiano¹⁴, no entanto deve ser o mesmo que se dedicaria depois à restauração, em Lisboa. A carta ilustra, mais uma vez, as aquisições de papel: “*pois que lho tomo todo de três chapeos que diz serem doze ballas de vinte e quatro resmas, e igualmente o florete que diz serem seis balloens de quarenta resmas cada hum*”, solicitando também que seja feito um abatimento no preço. Simultaneamente deram-se instruções sobre a remessa do papel: “*Aceito o cargo que quer tomar de o embarcar para a Figueira, mas há de ser sabendo que estão os portos dezembaraçados e o mar livre desses piratas argelinos, que se diz andão...*”, acrescentando ainda: “*Escuzo de advertir a respeito de avaria, pois bem sabe o que se pratica na Imprensa Régia de Lx.^a, e por isso será bom para nos livrarmos disso, que o passe primeiro, que o remeta*”. Estas instruções são dadas a quem era apenas negociante, pois sempre que se tratara de aquisições com os Irmãos Polleri estas advertências não eram feitas.

Este mesmo italiano Ferrari fora já localizado numa outra carta. Neste caso, a carta endereçada em 21 de novembro de 1807, pelo administrador da Imprensa, a outro procurador da Universidade em Lisboa, Manuel Pedro de Lacerda. Entre outros assuntos, como o pedido de aquisição de chapas de cobre (certamente para elaboração de gravuras), solicita-se que compre o “*papel de três chapéos do Ferrari*” e que envie meia dúzia de resmas por um almocreve e remeta duas balas dele por um iate, pedindo ainda que veja “*se o Ferrari o dá a 2.800 rs, como já a mim o vendêo*”.

Ao analisar o papel utilizado para registo das séries documentais já citadas iremos encontrar toda esta diversidade de papel. Assim pode referir-se o exemplo do volume de *Folhas de Férias*, de 1792, com termo de abertura do diretor da imprensa João António Bezerra de Lima e que tem por suporte papel com marca de água de D&C BLAUW (deve tratar-se do papel de marca grande, solicitado em algumas cartas), encontrando-se marcado, como se refere também nos registos de algumas despesas).¹⁵ Da consulta destes livros de Folhas de Férias se podem colher informações sobre: os ordenados que os aprendizes recebiam semanalmente, (em cada semana 0\$500 réis); os ordenados do ajudante do Revisor, Dr. Francisco Xavier da Silva Neto, nomeado por despacho da Conferência de 19 de janeiro de 1791, que recebia mensalmente 5\$000 réis; o Abridor de Estampas, Joaquim José da Silva Nogueira, que recebia por quartos, ou seja quadrimestralmente, 36\$500 réis (janeiro, abril, julho, outubro); ou o fiel da oficina que recebia 2\$800 réis, à razão de 400 réis diários.

As aquisições à fábrica da Lousã são reveladas por alguns recibos de pagamentos de papel, como é o caso do recibo de pagamento de 220\$800 réis, feito a Lourenço Tomati, em 9 de dezembro de 1794, relativo à compra de 192 resmas de papel.

14 Com loja de comércio na Rua dos Retroseiros, 95, em Lisboa e que depois se dedica à restauração, de acordo com CASSINO (2015).

15 V. PT/AUC/ELU/UC – Imprensa da Universidade: Folhas de Férias, 1792 –Inv.,n.º 496.

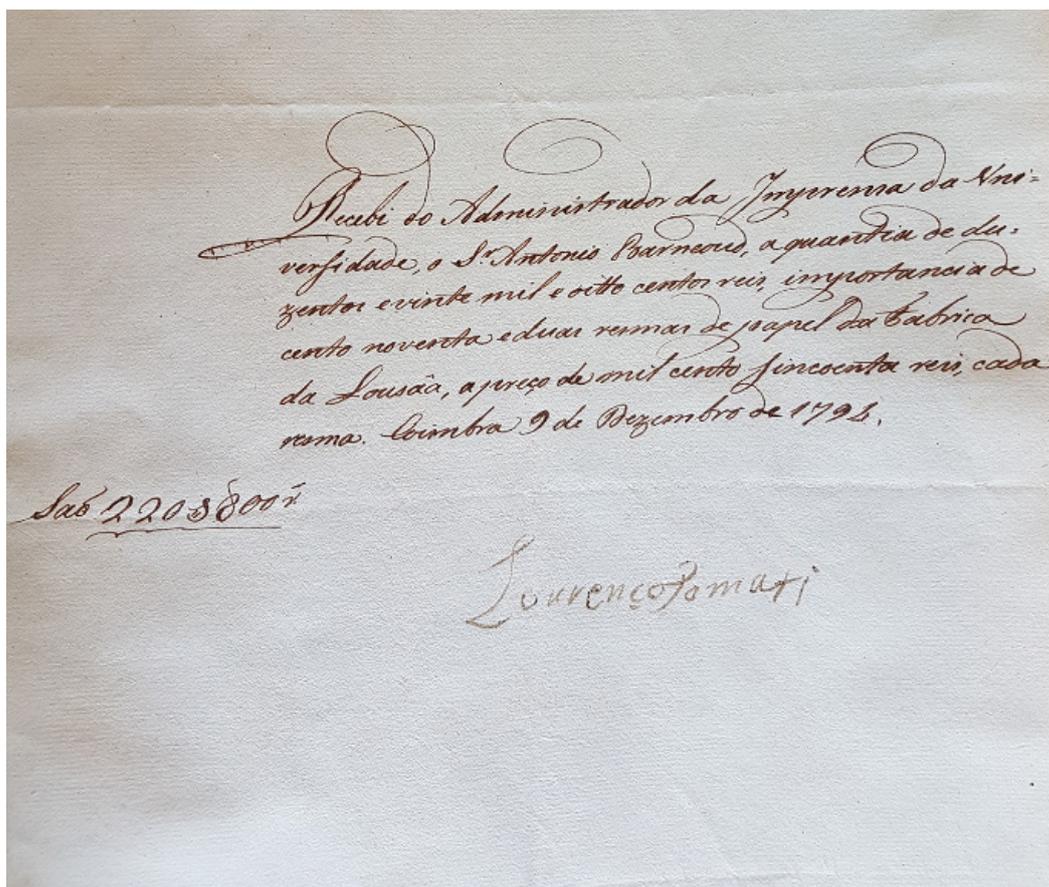


Foto 2 – Recibo de pagamento a Lourenço Tomati, da fábrica de papel da Lousã, em 9 de dezembro de 1794.

Ao mesmo Lourenço Tomati será feita uma série de pagamentos em 1795, em fevereiro, março, julho, agosto e dezembro, revelando grandes fornecimentos. O preço praticado por esta fábrica da Lousã era mais em conta e isso seria apelativo, uma vez que, de acordo com esses pagamentos, a resma de papel era de 1.150 réis, enquanto a resma de papel de Luca era de 1.270 réis.¹⁶ Em alguns dos recibos de pagamento verifica-se a intervenção do livreiro francês Estêvão Semiond, residente em Coimbra, como aquele feito em 26 de março de 1795, em que quem Tomati pede para lhe escrever o recibo, revelando uma provável relação do fabricante de papel com este negociante “pedi a Estevão Semiond que por mim escrevesse e eu assignei”.¹⁷

É também nesta referida série documental que se podem colher os dados sobre a forma como, por vezes, era feita a “rápida” designação das qualidades de papel. Assim, cite-se o caso do registo de pagamento de 8\$800 réis feito em 15 de julho de 1797 de papel “da marca X do maior”, de papel de Holanda, para ser utilizado na impressão do Código Manuelino:¹⁸

¹⁶ Dados colhidos em PT/AUC/ELU/UC/IUC-Documentos de Receitas e Despesas, 1795-1800 – Inv. n.º 7.

¹⁷ V. PT/AUC/ELU/UC – Imprensa da Universidade – Documentos de Receitas e Despesas, 1795-1800, Inv. n.º 7. Semiond foi identificado também como tendo estado associado ao seu primo, o livreiro Francisco Rolland, como se revela na obra de CAEIRO (1980): 149-150.

¹⁸ Trata-se da impressão das Ordenações do rei D. Manuel I, ou, de forma corrente, Ordenações Manuelinas, impressas em 1797.

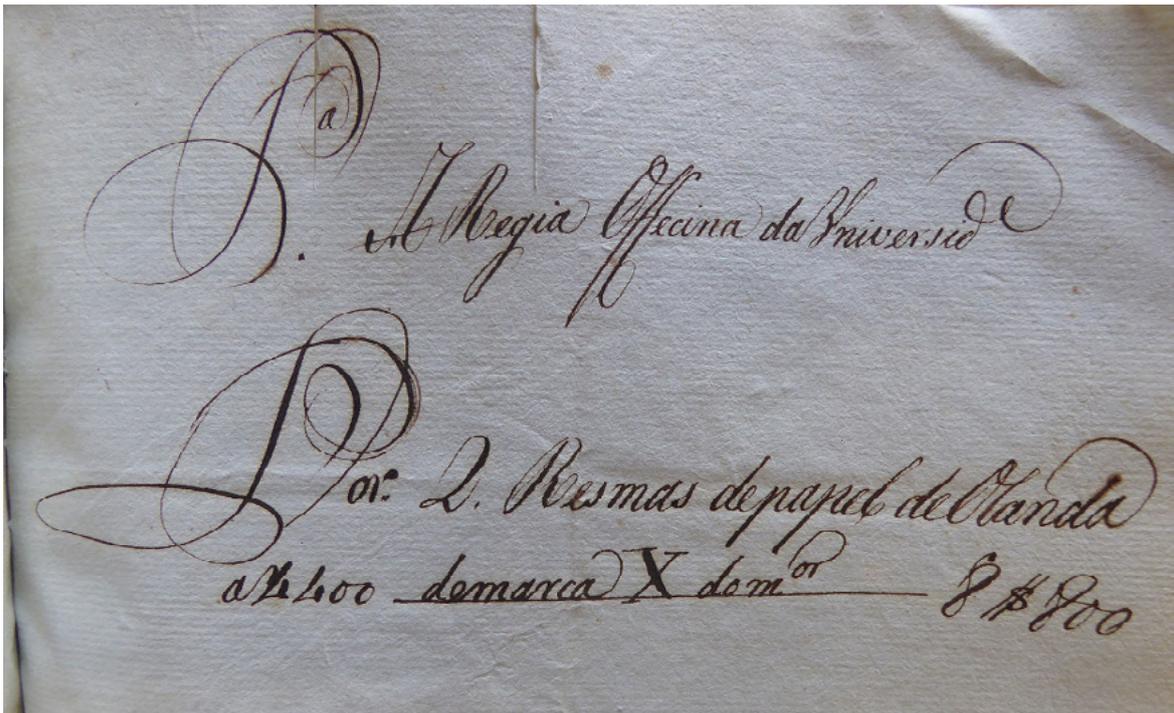


Foto 3 – Registo do pagamento de papel da Holanda “de marca maior”, em 15 de julho de 1797

A forma como este papel chegava a Coimbra pode ser conhecida com exemplos como o que se apresenta a seguir. Em 21 de março de 1796 foi feito o pagamento de 6.800 réis pelo frete do iate que trouxe 408 resmas de papel de Lisboa até à Figueira da Foz e foram pagos 3.400 réis pelo frete do barco que trouxe o papel da Figueira até Coimbra, pelo rio Mondego.

Um outro caso, colhido em documento de despesa, aprovado em *Conferência* de 29 de agosto de 1801, incluiu os dados lançados pelo fiel da oficina João da Costa e revelam: barqueiros que trouxeram seis balas de papel da Figueira da Foz até ao cais de Coimbra (4\$600 réis), frete do iate de Lisboa para a Figueira (3\$000 réis), três carros que acarretaram as ditas seis balas de papel (0\$360 réis), ao homem que acarretou o papel do armazém de baixo, para o de cima (0\$140 réis).¹⁹

19 V. PT/AUC/ELU/UC– Imprensa da Universidade – Documentos de Receitas e Despesas, 1801-1805, Inv. n.º 8.



Foto 4 – Exemplo de uma certidão de embarque. Certidão ou “conhecimento” de embarque de 20 balas de papel, com 879 resmas de papel fino, por conta da Junta da Fazenda da Universidade, feito por ordem João Manuel de Lima, em Lisboa, em 6 de julho de 1790. O embarque foi feito no iate *Nossa Senhora do Amparo*, ancorado no porto de Lisboa, de que era mestre Francisco das Neves, com destino ao porto da Figueira da Foz, em 6 de julho de 1790, tendo sido pagos 9.600 réis de despesa de transporte.²⁰

De suma importância para conhecer a produção tipográfica da Imprensa, assim como o papel necessário às impressões, são os *Balanços* mandados elaborar pela *Conferência* (e também aprovados nas mesmas reuniões de Conferência). Estes documentos, cujo título completo é *Balanços de Receita e Despesa da Oficina Tipográfica da Universidade de Coimbra*, permitem conhecer um elevado número de autores estrangeiros, adotados no ensino das diversas Faculdades, nos diversos domínios da teologia, direito, matemática, filosofia, física, etc. Publicados nas línguas originais, em latim ou em tradução, iremos encontrar a *Trigonometria* e a *Aritmética* de Bezout (impressa em latim e em português), a obra de Dalla Bella, impressa em latim, intitulada *Physicas Elementa*, as *Instituições Jurídicas* de Rieger, etc.

No *Balanço de Receita e Despesa*, de 1790 a 1805, podem encontrar-se 95 títulos de obras publicadas nesse período, além de algumas obras particulares que ali não ficaram registadas. Apesar de ser um precioso documento para conhecer a orientação de ensino²¹, com o registo das obras adotadas, assim como os ordenados dos funcionários da Imprensa (revisor, fiel do armazém, abridor de estampas, alçador, compositores, etc.), torna-se de muito difícil leitura, se o pretendemos analisar quanto a aquisição de

²⁰ Documento avulso que foi inserido em volume encadernado de *Correspondência de João Manuel de Lima enviada à Universidade (1789-1796)* – AUC-IV-1.ªE-18-4-7.

²¹ Não pode deixar de ser dada a indicação de um valioso estudo já efetuado, de análise do conteúdo intelectual destes *Balanços* de 1790 a 1805, apresentado no trabalho de ANTUNES (1982).

papel, por duas razões: primeiro é dada indicação da existência de papel do ano anterior, a este soma-se o papel entrado no ano em balanço e depois ainda se indica o papel que se gasta, individualmente em cada obra, o papel que ficou inutilizado e o papel que foi vendido na loja da Imprensa. Por esta razão não foi feita uma análise profunda do papel ali registado, a não ser para conhecer a sua origem e preços por que era comercializado. Refiram-se assim os exemplos colhidos em 1797, ano em que na impressão das obras do *Código manuelino*, *Crónica do senhor Rei D. João II* e *Apêndices dos Assentos da Casa da Suplicação* foi utilizado papel “de Marca”, papel da Lousã e papel de Holanda, num total de 1.027\$890 réis, oscilando os valores das resmas de papel entre 1.000 e 1.050 réis (Lousã), 1.470 e 1.800 réis (de Marca) e 3.500 a 4.700 réis (papel da Holanda). Há ainda a acrescentar as despesas de condução do papel de Lisboa até Coimbra, de 17\$770 réis, por outros papéis adquiridos (sem os referir em concreto) 188\$930 réis. Estes últimos valores dizem, certamente, respeito a resmas de costaneiras, usadas, geralmente, em provas tipográficas e a papel “avariado e vendido”.²²

Ainda hoje podem ser vistas no Arquivo da Universidade (inseridas na série documental de Processos de cartas de curso) as provas tipográficas dos diplomas ou cartas de curso que depois eram impressos em pergaminho, utilizando como suporte as “costaneiras” e papel de menor qualidade.

Quanto a dados relativos ao consumo de papel, colhidos no Balanço de 1805, podem ser citados os seguintes: papel de *Marca Maior* – entraram 120 resmas e destas restaram apenas 17 resmas; papel *Almaço* (que é certamente o papel AL MASSO de Gior[gio] Magnani) – havia no balanço 164 resmas, entraram, em 1805, 85 resmas e depois de gastas ficaram 209 resmas; papel da Lousã – havia em balanço 124 resmas, entraram em 1805, 128 resmas, e depois de gastas ficaram 41 resmas.

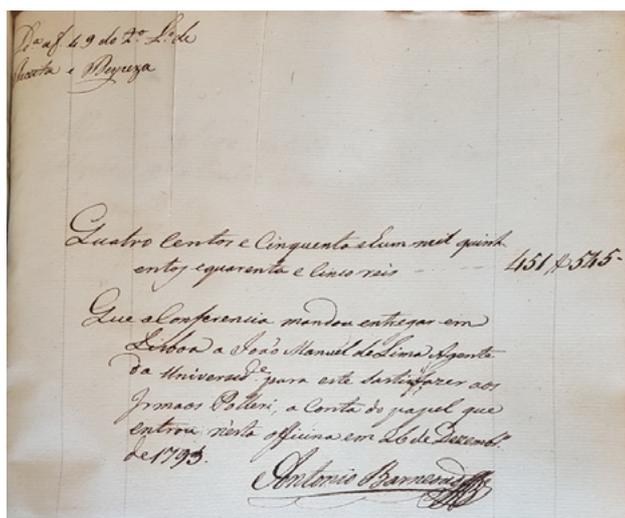


Foto 5 – Registo de entrega de 451\$545 réis mandada fazer pela Conferência da Imprensa a João Manuel de Lima, para pagar aos Irmãos Polleri papel que lhes fora comprado.²³

22 Os *Balanços* referidos, em que foram colhidos estes dados têm a seguinte localização – AUC-IV-1.ºE-1-4-6, já referida de forma completa em nota anterior.

23 Inserido em Imprensa da Universidade - Documentos de Receita e Despesa (1790-1794), Inv. N.º 6

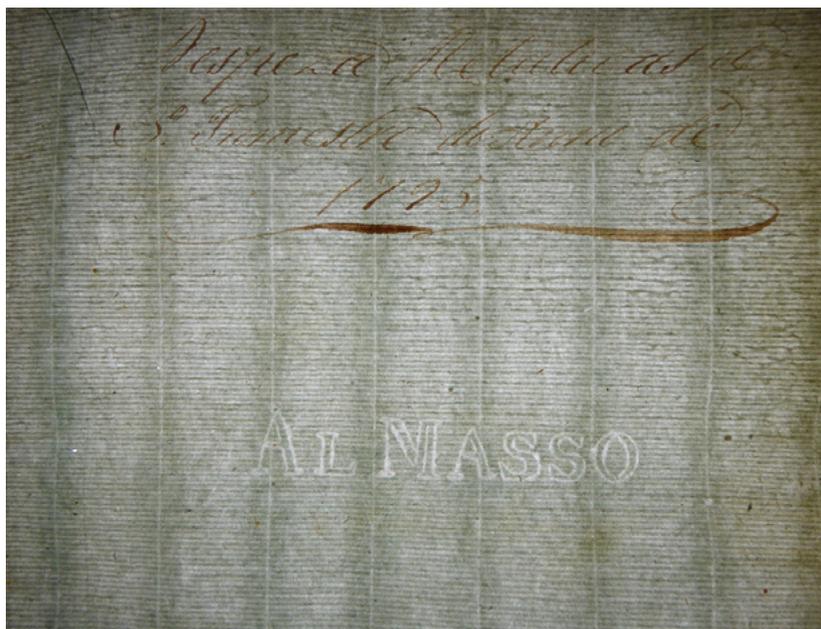


Foto 6 – Marca de água AL MASSO que depois irá surgir em outros exemplos como ALMASSO. Proveniente da “carteira “ de Gior[gio]Magnani, estando apresentado o seu nome na contramarca. Exemplo colhido em papel datado de 1795, inserido em *Documentos de Receitas e Despesas* (Inv. N.º 7).

À guisa de conclusão:

Muito haveria a retirar de todo este vasto acervo documental produzido pela Imprensa da Universidade. O que fica neste trabalho é apenas um pequeno contributo, tendo-se procurado desbravar cartas, contas, recibos, balanços, documentos que, num primeiro relance, parecem tão áridos de informações, mas que depois de lidos com dedicação se verificou que são riquíssimos. De qualquer forma, ao trazê-los a este encontro abre-se uma porta para futuros trabalhos, numa área de estudos em que muito há ainda por conhecer.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, José Maria de (1894) – *Legislação Académica. Vol. I (1772-1850)*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

ANTUNES, José (1982) – «Notas sobre o sentido ideológico da Reforma Pombalina. A propósito de alguns documentos da Imprensa da Universidade». *Revista de História das Ideias*, Coimbra: FLUC; IHTI, IV (t. 2), p. 143-197.

BANDEIRA, José Ramos (1947) – *Universidade de Coimbra. Edifícios do núcleo central e Casa dos Melos*. Coimbra, t.2, p. 26-75.

BRAGA, Teófilo (1894) – *Dom Francisco de Lemos e a Reforma da Universidade de Coimbra*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.

BRANDÃO, Mário (1938) – *Um documento acerca dos prejuízos causados à Universidade pela Terceira Invasão Francesa*. Coimbra: Arquivo e Museu de Arte da Universidade de Coimbra.

CAEIRO, Francisco da Gama (1980) – «Livros e Livreiros franceses em Portugal». *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. 35.

CARVALHO, Joaquim Martins (1863) – *Apontamentos para a Historia Contemporanea*. Coimbra: imprensa da Universidade, p. 345-374.

CASSINO, Carmine (2015) – «Lisboa dos Italianos: presença italiana e práticas de nacionalidade nos primeiros trinta anos do século XIX». *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa. 2.ª série, n.º 3 (janeiro-junho), p. 201-227

DOMINGOS, Manuela D. (2000) – *Livreiros de Setecentos*. Lisboa: BN.

FONSECA, Fernando Taveira da (et al.) (2001) – *Imprensa da Universidade de Coimbra. Uma história dentro da História*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

FONTES DOCUMENTAIS

(Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC))

PT/AUC/ELU/UC - *Correspondência de João Manuel de Lima enviada à Universidade (1789-1796)* – AUC-IV-1.ªE-18-4-7.

PT/AUC/ELU/UC - *Imprensa da Universidade - Documentos de Receitas e Despesas (1790-1794)*, Inv. n.º 6

PT/AUC/ELU/UC – *Imprensa da Universidade – Documentos de Receitas e Despesas (17801-1805)* Inv. n.º 8

PT/AUC/ELU/UC – *Imprensa da Universidade; docs. Div. – AUC-IV-1.ªE-1-4-6*

PT/AUC/ELU/UC – *Imprensa da Universidade: Folhas de Férias, 1792* – Inv., n.º 496.

PT/AUC/ELU/UC - *Imprensa da Universidade de Coimbra – Copiador de correspondência (1790-1801)* – Inv. n.º 185.

PT/AUC/ELU/UC - *Imprensa da Universidade de Coimbra – Copiador de correspondência (1802-1815)* – Inv. n.º 186.